

PC-PR

500 QUESTÕES GABARITADAS - POLÍCIA CIVIL
DO PARANÁ

Papiloscopista Policial

EDITAL N.º 01/2026



CÓD: SL-143JL-26
7901183003440

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático	15
3. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Paraná.	21
4. Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais	33
5. Ciências Forenses	41
6. Biologia	49
7. Física	59
8. Química	71
9. Legislação Estadual e Institucional	83
10. Direito Penal Aplicado	91
11. Direito Processual Penal Aplicado	101
12. Direito Constitucional	113
13. Direito Administrativo	125
14. Direitos Humanos	139

LÍNGUA PORTUGUESA

2. (FGV - 2024)

A frase abaixo em que houve troca indevida entre “afim” e “a fim” é:

- (A) A gente distorce a forma a fim de criar espaço;
- (B) O governo não está a fim de recuperar a popularidade;
- (C) O STF não fica a fim do Palácio do Planalto;
- (D) O Congresso não parece a fim de aprovar esse projeto;
- (E) A fim de mudar a lei, todos os partidos se movimentaram.

3. (FGV - 2023)

Os adjetivos podem indicar qualidades positivas ou negativas, características, estados ou relações dos substantivos.

A frase abaixo em que o adjetivo destacado indica um estado, é:

- (A) A maneira mais fácil de mudar a história é tornar-se um historiador;
- (B) É indispensável ouvir testemunhas oculares dos acidentes;
- (C) Pessoas cansadas não movem moinhos;
- (D) A história se repete. Essa é das coisas erradas com ela;
- (E) História é mentira encadernada.

4. (FGV - 2025)

Assinale a frase abaixo em que o emprego do gerúndio está inadequado.

- (A) Destruindo as estradas, o exército russo impedia a movimentação das tropas ucranianas.
- (B) Guimarães Rosa nasceu em Minas Gerais, estudando muitos idiomas ainda muito jovem.
- (C) O aluno ficou escrevendo seu trabalho de casa durante o recreio.
- (D) Observei de longe meu primo passeando.
- (E) Chegou assobiando de contente.

5. (FGV - 2025)

Atenção: o texto a seguir deve ser usado para responder às próximas nove questões.

Nasce uma crônica

A moça era bonita, se chamava Fabíola e me perguntou como nascia uma crônica. Entre outras coisas. Ela era repórter do jornal da universidade de Ouro Preto e estava me entrevistando, uma tarefa que eu não desejo a ninguém, enquanto uma câmera de TV gravava tudo. Dei a resposta de sempre. Qualquer coisa pode originar uma crônica. Às vezes, há um assunto em evidência que você é obrigado a comentar. Às vezes, é uma coisa, assim, impressionista; às vezes, é pura invenção, uma frase que sugere uma história, ou um cheiro no ar, ou um incidente banal... Os mistérios, enfim, da criação. Etcetera, etcetera. Não há vezes em que as ideias simplesmente não vêm? Há, há. Acontece muito. Com os anos, as ideias parecem que vão ficando cada vez mais longe, enquanto o seu poder de convocá-las diminui. Você chama e elas não se aproximam. Você grita por socorro e elas continuam longe, lixando as unhas. Você espreme o cérebro e não pinga nada. E hoje nenhum cronista que se respeite pode recorrer ao velho truque de, não tendo assunto, escrever sobre a falta de assunto. Ou desperdiçar papel caro e o tempo do leitor com um parágrafo inteiro só de introdução.

VERISSIMO, Luis Fernando. “Nasce uma crônica”. São Paulo. *O Estado de São Paulo*, caderno 2, p. 49, 01/05/2003.

Assinale a opção correta sobre as marcas de flexão presentes na palavra sublinhada em “Você espreme o cérebro e não pinga nada”.

- (A) A forma verbal sublinhada não apresenta vogal temática.
- (B) A forma verbal sublinhada apresenta o radical, -ping, que caracteriza a marca de modo e tempo do verbo.
- (C) A forma verbal sublinhada não apresenta desinência modotemporal e nem desinência número-pessoal.
- (D) A forma verbal sublinhada está flexionada na primeira pessoa do singular, do presente do indicativo.
- (E) A forma verbal sublinhada está flexionada na terceira pessoa do singular, do presente do subjuntivo.

6. (FGV - 2022)

Assinale a opção em que o pronome você aparece identificado.

- (A) Quando você rouba de um autor é plágio, se rouba de vários é pesquisa.
- (B) Se você tem alguma crença, siga-a.
- (C) Se você não for melhor que hoje no dia de amanhã, então para que você precisa do amanhã?
- (D) Não basta você chegar ao cume. É preciso também voltar vivo.
- (E) Você, que não paga impostos, como vai cobrar do governo?

7. (FGV - 2023)

Problemas da segurança pública

“Esse trabalho científico se destina a realizar uma análise sobre a situação da segurança pública do Brasil, enfatizando suas falhas. Sendo abordada a violência que assola o meio social, bem como o sentimento de impunidade. Dessa forma, são apresentados os aspectos que envolvem esse serviço público, como o trabalho da polícia e o sistema das prisões. Além disso, é evidenciada a política brasileira que se torna um empecilho à garantia de uma sociedade mais segura. É importante ressaltar que nesse trabalho será evidenciada a violência que tem como praticantes agentes que delinquem reiteradamente e que são réus de diversos processos penais.”

(Jus.com.br / 28-07-2015)

“Esse trabalho científico se destina a realizar uma análise sobre a situação da segurança pública do Brasil, enfatizando suas falhas.” Nesse período do texto, o pronome demonstrativo “esse” pode ser substituído por “este”, mesmo não sendo obrigatória a substituição. Assinale a frase abaixo em que o demonstrativo “esse” deve ser obrigatoriamente substituído por “este”.

- (A) Li em “Ressurreição”, de Machado de Assis, passagens brilhantes, apesar de não ser esse o melhor romance dele.
- (B) Comprei um vinho chileno e um argentino, mas entre esse e aquele não sei qual o melhor.
- (C) Esse livro que o conferencista citou merece ser comprado.
- (D) Deixe na varanda esse guarda-chuva que você tem na mão direita.

8. (FGV - 2023)

Assinale a opção em que o pronome sublinhado está classificado **corretamente**.

- (A) Senhor João, quer tomar alguma coisa conosco? / pronome pessoal de tratamento.
- (B) Ela queria que eu viajasse, mas não o fiz. / pronome pessoal oblíquo.
- (C) O diretor queria que a gente ficasse. / pronome indefinido.
- (D) O senhor sabe que dia é hoje? / pronome relativo.

9. (FGV - 2023)

Muitos pensamentos se estruturam a partir de oposições, geralmente materializadas na existência de antônimos.

Assinale a frase abaixo que exemplifica essa estruturação.

- (A) Dizem que o silêncio vale ouro. Por isso que ele é tão raro.
- (B) O silêncio é um texto fácil de ser lido errado.
- (C) Em boca fechada não entra mosca.
- (D) Nesse mundo há muitas palavras e pouco silêncio.

10. (FGV - 2022)

Nas frases abaixo, as locuções em destaque foram substituídas por um único vocábulo de valor equivalente.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma adequada.

- (A) As montanhas com neve são atraentes / nubladas.
- (B) Os trajes de verão são leves e coloridos / varonis.
- (C) O ministro usa roupa fora da moda / velha.
- (D) O estudante era um rapaz de bons modos / polido.
- (E) O quarto estava de pernas para o ar / empoeirado.

11. (FGV - 2023)

Nas frases abaixo, foram feitas modificações na frase original de forma, respectivamente, a ser criada uma oração reduzida e uma forma nominalizada. A opção em que as duas modificações foram feitas adequadamente, é:

- (A) É necessário que preparemos as nossas roupas para a festa / É necessário prepararmos as nossas roupas para a festa
- (B) É necessário a preparação de nossas roupas para a festa; / É necessário que preparemos as nossas roupas para a festa

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (FGV - 2026)

Dois conjuntos A e B são tais que:

A possui, no mínimo, 15 elementos e, no máximo, 27 elementos.

B possui, no mínimo, 8 elementos e, no máximo, 10 elementos. Considere o conjunto $A - B = \{x/x \in A \text{ e } x \notin B\}$.

A quantidade mínima de elementos que o conjunto $A - B$ pode ter é

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 10.
- (E) 17.

2. (FGV - 2024)

O antecessor do maior número natural de três algarismos distintos é:

- (A) 999.
- (B) 998.
- (C) 988.
- (D) 987.
- (E) 986.

3. (FGV - 2025)

Júlio e Sara possuíam, cada um, certa quantidade de ameixas. Júlio, então, deu a metade das suas ameixas para Sara. Depois disso, Sara decidiu dar para Júlio a metade das ameixas que passou a ter. Sabe-se que Sara começou com 6 ameixas e, depois dos dois eventos, terminou com 7.

Antes de dar uma parte para Sara, Júlio tinha uma quantidade de ameixas múltipla de

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

4. (FGV - 2023)

A soma de dois números naturais é 22253. Um deles é múltiplo de 10 e retirando-se o seu algarismo das unidades obtém-se o outro número.

A diferença entre o maior e o menor número é

- (A) 18207.
- (B) 17109.
- (C) 16011.
- (D) 15831.
- (E) 14103.

5. (FGV - 2022)

Antônio e Carlos trabalham em uma mesma empresa de segurança e na escala de plantões, em determinado mês, Antônio tinha 4 plantões a mais do que Carlos.

Entretanto, por questões pessoais, Antônio pediu a Carlos que o substituísse em 3 plantões. É **correto** concluir que, nesse determinado mês,

- (A) Antônio fez 1 (um) plantão a mais do que Carlos.
- (B) Carlos fez 1 (um) plantão a mais do que Antônio.
- (C) Antônio fez 2 (dois) plantões a mais do que Carlos.
- (D) Carlos fez 2 (dois) plantões a mais do que Antônio.
- (E) Carlos fez 3 (três) plantões a mais do que Antônio.

6. (FGV - 2021)

Dez árvores foram plantadas ao longo de uma mesma margem de uma estrada reta. A distância entre árvores consecutivas é sempre a mesma. A distância entre a primeira árvore e a quinta árvore é 24 metros.

A distância, em metros, entre a segunda e a oitava árvores, é de

- (A) 24.
- (B) 28.
- (C) 32.
- (D) 36.
- (E) 40.

7. (FGV - 2021)

O triplo do sucessor de 12 é antecessor de

- (A) 32.
- (B) 34.
- (C) 38.
- (D) 39.
- (E) 40.

8. (FGV - 2024)

Seja $\frac{p}{q} = \frac{1}{3} + \frac{2}{5} - \frac{3}{8}$, em que p e q são primos

entre si, isto é, a fração $\frac{p}{q}$ está em sua forma irredutível.

O valor de $p + q$ é

- (A) 0.
- (B) 11.
- (C) 77.
- (D) 85.
- (E) 163.

9. (FGV - 2024)

O produto de dois números inteiros positivos é 60. Se a diferença entre esses números dá como resultado um número par, tal resultado é, necessariamente, um múltiplo de

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 11.

10. (FGV - 2022)

Considere um número N , inteiro e positivo, tal que 36 e 54 são ambos divisíveis por N .

A soma dos possíveis valores de N é

- (A) 27.
- (B) 32.
- (C) 36.
- (D) 39.
- (E) 54.

11. (FGV - 2022)

Um conjunto é formado por todos os números de dois algarismos que são múltiplos de 3 e são múltiplos de 4, mas não são múltiplos de 5.

O número de elementos desse conjunto é

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 9.

12. (FGV - 2024)

Duas fazendas A e B são vizinhas. Sabe-se que $\frac{3}{4}$ da área da fazenda A está plantada com soja e que $\frac{2}{5}$ da área da fazenda B está plantada com soja. Sabe-se ainda que a área da fazenda B é uma vez e meia a área da fazenda A.

A fração da área total das duas fazendas que está plantada com soja é:

- (A) $\frac{8}{15}$
- (B) $\frac{13}{20}$
- (C) $\frac{14}{25}$
- (D) $\frac{33}{40}$
- (E) $\frac{27}{50}$

13. (FGV - 2022)

João recebeu certa quantia. Com a terça parte da quantia, pagou os gastos com o cartão de crédito, e pagou o aluguel com a quinta parte do restante.

Da quantia recebida, a fração que representa a parte que João ainda tem disponível é

- (A) $\frac{2}{5}$
- (B) $\frac{3}{5}$
- (C) $\frac{7}{15}$
- (D) $\frac{8}{15}$
- (E) $\frac{17}{30}$

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ.

1. (FGV - 2024)

O Brasil exibiu taxa anual de crescimento populacional de mero 0,52% entre 2010 e 2022. A depressão econômica iniciada em 2014 e a pandemia de Covid-19 provavelmente tiveram impacto na redução da natalidade, mas apenas aceleraram tendências registradas nas décadas anteriores.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/demetrio-magnoli/coluna/2023/07/dois-brasis-e-mais-alguns.ghtml> Acesso: 27 set. 2023.

A aceleração de um processo populacional em andamento, consiste

- (A) na transição demográfica.
- (B) na implosão demográfica.
- (C) na estabilidade da fecundidade.
- (D) no menor impacto previdenciário.
- (E) no comprometimento da esperança de vida.

2. (FGV - 2024)

A expectativa de vida de um brasileiro nascido em 1960 era de apenas 48 anos. Em 2010, alcançou 73,4 anos. Em 2022, esse número subiu para 77 anos. Considerando apenas a população feminina, a esperança de vida ao nascer é de 80,5 anos. Já a expectativa dos homens é de 73,6 anos.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/censo-2022-envelhecimento/> Acesso em: 22 out. 2023. (Adaptado)

O tipo de diferença apresentada no fragmento do texto, pode ser explicado pela

- (A) predominância de jornada diária de trabalho braçal mais longas para os homens.
- (B) quantidade de vidas masculinas perdidas para a violência urbana.
- (C) ocorrência de melhores condições laborais para mulheres em todos os setores.
- (D) existência de um sistema de saúde que privilegia trabalhadores do sexo masculino.
- (E) necessidade das mulheres se aposentarem mais cedo para cuidarem da família.

3. (FGV - 2023)

A Organização das Nações Unidas (ONU) adota a expressão assentamentos precários para as várias tipologias habitacionais urbanas, em escala mundial.

Em relação à adequação do termo assentamento precário à realidade brasileira, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() É a denominação usada para qualquer ocupação irregular do solo público ou privado.

() É a expressão usada para as construções que não seguem os padrões urbanísticos exigidos pela legislação. () É o termo usado para marcar o monopólio da atuação do Estado na oferta de infraestrutura.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) F, V e V.

4. (FGV - 2023)

O povo Krahô vive em 15 aldeias, numa área demarcada de 302.533 hectares. A reserva em que vivem é considerada a maior área de cerrados inteiramente preservada do Brasil.

Disponível em: <http://www.palmas.org/tocantinsindios.htm>. Acesso: 29 abr. 2023.

Sobre as necessidades dos povos originários, como o povo Krahô, analise as afirmativas a seguir.

I. É imperativo para a proteção e manutenção de seu modo de vida, que estes povos tenham suas terras demarcadas e suas reservas homologadas.

II. As terras ocupadas por povos indígenas já foram identificadas, demarcadas e homologadas, garantindo sua permanência e sobrevivência com segurança neste espaço.

III. Além da demarcação e a homologação das terras indígenas, também é necessária, por parte do poder público, a garantia de segurança contra garimpeiros, madeireiros e grileiros, que invadem seu espaço e expõem estes povos à violência.

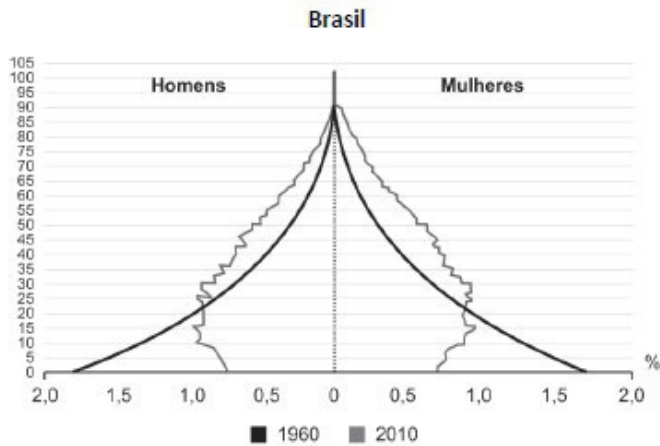
Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.

- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (FGV - 2022)

O gráfico a seguir mostra as pirâmides demográficas do Brasil, em 1960 e 2010.



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2010. Adaptado)

Sobre a evolução da população brasileira, no período 1960/2010, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estreitamento da base da pirâmide, em 2010, indica um ligeiro aumento da taxa de natalidade.
- (B) O alargamento do ápice da pirâmide, em 2010, mostra um leve decréscimo do contingente de idosos.
- (C) O maior contingente de adultos, em 2010, indica um aumento da população economicamente ativa.
- (D) A base da pirâmide mais larga, em 1960, mostra um pequeno aumento do contingente de jovens.
- (E) O alargamento da pirâmide, no período, atesta um acréscimo significativo da taxa de mortalidade.

6. (FGV - 2022)

Entre os anos de 2000 e 2010, houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, observam-se diferenças significativas em relação aos homens, mas também entre alguns segmentos específicos das mulheres.

Sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, em 2010, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa. () A taxa de atividade das mulheres de mais de 60 anos era maior do que a dos homens no mesmo grupo de idade.

() A taxa de atividade das mulheres era maior em áreas urbanas do que em áreas rurais.

() A taxa de atividade das mulheres na região Nordeste era a mais alta entre as grandes regiões do país.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) V, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

7. (FGV - 2022)

Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza um novo censo demográfico, para atualizar o retrato do Brasil e embasar novas políticas públicas.

Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o censo demográfico brasileiro.

- (A) Informar os dados solicitados na pesquisa é facultativo e pode ser por internet.
- (B) As informações colhidas são abertas e podem ser objeto de certidão.
- (C) O recenseado pode optar em responder o questionário básico ou o ampliado.
- (D) Foram incluídas perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero
- (E) O recenseador pode perguntar sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio, entre outros.

TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CRIMES DIGITAL

1. (FGV - 2024)

João ofendeu Maria em uma conhecida rede social, impunhando-lhe conduta desonrosa. Por tal motivo, Maria ajuizou ação em face de João e da rede social, a qual foi distribuída ao X Juizado Especial Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ, requerendo, cumulativamente, indenização a título de danos morais e a remoção do conteúdo ofensivo, sendo esse último a título de tutela provisória de urgência.

Em tal hipótese, é correto afirmar que

- (A) o provedor de conexão, assim como o provedor de aplicação, é civil e solidariamente responsável com João no que se refere à reparação dos danos sofridos por Maria.
- (B) a rede social somente será responsabilizada civilmente se, após ordem judicial específica, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, não tomar providências para tornar indisponível o conteúdo ofensivo.
- (C) é vedado ao juiz conceder tutela provisória de urgência para determinar a remoção do conteúdo ofensivo, a qual somente pode ser imposta em sede de cognição exauriente.
- (D) o processo proposto por Maria deverá ser redistribuído a um das Varas Cíveis da Comarca do Rio de Janeiro, eis que o Juizado Especial é incompetente para apreciar tais pedidos.
- (E) eventual ordem judicial que determinar a indisponibilidade do conteúdo produzido por João prescindirá de clara e específica identificação do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

2. (FGV - 2025)

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir sobre os fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais.

I. Entre os fundamentos constam a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem

II. Entre os fundamentos estão presentes o respeito à propriedade privada nos meios digitais e a autodeterminação informativa de interesse público.

III. Entre os fundamentos incluem-se a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. (FGV - 2023)

Acerca da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/18), incorreto afirmar que a LGPD será aplicada

- (A) quando a operação de tratamento for realizada no território nacional.
- (B) apenas quando a operação de tratamento for realizada com dados pessoais de brasileiros ou de pessoas com visto de permanência no Brasil.
- (C) quando a atividade de tratamento tiver por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizado no território nacional.
- (D) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido coletados no território nacional.
- (E) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido analisados no território nacional.

4. (FGV - 2025)

Uma empresa coleta dados de clientes para envio de notificações promocionais por e-mail. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), assinale a base legal mais adequada para esse tratamento.

- (A) Cumprimento de obrigação legal.
- (B) Execução de contrato.
- (C) Proteção da vida do titular.
- (D) Consentimento do titular.
- (E) Legítimo interesse da autoridade pública.

5. (FGV - 2023)

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva. A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre a forma e duração do tratamento.
- (B) O titular tem direito ao acesso facilitado a todas as Informações sobre o serviço contratado, não podendo o controlador alegar proteção aos segredos comercial e industrial.
- (C) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre a identificação do controlador e seu contato.
- (D) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade.
- (E) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre as responsabilidades dos agentes que realizarão tratamento.

6. (FGV - 2024)

Entre os conceitos delimitados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei no 13.709/2018), temos aquele que enuncia o seguinte: *“utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo”*. Tal conceito é o de

- (A) consentimento.
- (B) bloqueio.
- (C) anonimização.
- (D) eliminação.
- (E) uso compartilhado de dados.

7. (FGV - 2024)

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados pessoais, a confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados pelo controlador, mediante requisição do titular, em até

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 90 dias.

8. (FGV - 2024)

As memórias USB, mais conhecidas no Brasil como pen-drives, são dispositivos de armazenamento baseados em memória flash NAND, conectados ao computador através de uma porta USB.

Elas são removíveis, assim pode-se facilmente transportá-las de um local para outro. Em inglês, o que chamamos no Brasil de pen-drive chama-se USB stick, USB memory, USB drive, flash drive ou thumb drive.

Sobre pen-drives, é correto afirmar que:

- (A) atualmente trazem uma capacidade de armazenamento muito inferior à de outras mídias de armazenamento removível, como disquetes e mídias ópticas (CDs e DVDs);
- (B) ao serem instalados no computador, eles são reconhecidos como uma unidade, tal como um disco rígido ou um SSD, onde se pode ler e gravar arquivos;
- (C) estão disponíveis em formato físico padronizado, porém com as mais diferentes capacidades;
- (D) funcionam totalmente diferente dos SSDs, não apresentando problema de vida útil;
- (E) seu desempenho é sempre o mesmo, independentemente dos chips e da versão do barramento USB usados.

9. (FGV - 2022)

Leia o fragmento a seguir.

“A gerência de _____ tem como objetivo fornecer a cada aplicação uma área de memória própria, independente e isolada das demais aplicações e inclusive do sistema operacional. Uma importante abstração construída pela gerência, com o auxílio do hardware, é a noção de _____ que desvincula os endereços de memória vistos por cada aplicação dos endereços acessados pelo _____ na memória RAM.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) memória – máquina virtual – periférico
- (B) processos – memória virtual – usuário

CIÊNCIAS FORENSES

1. (FGV - 2022)

Em termos conceituais, as perícias são levadas a efeito por profissionais especializados, dotados de profundo conhecimento teórico e prático do ramo ao qual se dedicam.

Dessa forma, considerando a rotina habitual, relacione o perito/área com os seus respectivos tipos de perícias.

1- Perito: Louvado/área civil.

2- Perito: Oficial/área criminal.

() perícia de arbitramento judicial de honorários de um profissional.

() perícia de corpo de delito.

() perícia de determinação de idade.

() perícia de ressarcimento de danos.

() perícia antropológica.

A relação **correta**, na ordem dada, é

(A) 1, 2, 2, 1 e 2.

(B) 2, 1, 1, 2 e 1.

(C) 2, 2, 1, 2 e 1.

(D) 1, 1, 2, 1 e 2.

(E) 1, 2, 1, 1 e 2.

2. (FGV - 2022)

No que tange aos exames de local de crime, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

(B) Os vestígios coletados no decurso do inquérito policial ou processo criminal receberão tratamento diferenciado, devendo apenas estes últimos observarem as regras processuais previstas no Código de Processo Penal, uma vez que o inquérito policial é orientado pela informalidade.

(C) É proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime, antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

(D) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

(E) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

3. (FGV - 2021)

Urgências em Medicina Legal diferem daquelas da prática clínico-cirúrgica, em que a gravidade do quadro apresentado pelo paciente impõe a premência.

O principal fator, referente aos vestígios, determinante da urgência é sua:

(A) extensão;

(B) fugacidade;

(C) quantidade;

(D) classificação;

(E) quantidade e classificação.

4. (FGV - 2026)

A Balística é a ciência que estuda integralmente as armas de fogo, o alcance e a direção dos projéteis por ela expelidos, e os efeitos que produzem. Tradicionalmente, ela é dividida em diferentes ramos, que analisam o fenômeno de tiro em etapas sequenciais. As três principais vertentes da classificação balística são

(A) Balística Sequencial, Balística de Alvo e Balística de Munição.

(B) Balística Cinética, Balística Química e Balística Dinâmica.

(C) Balística Interna, Balística Externa e Balística Terminal.

(D) Balística Direta, Balística Indireta e Balística Instrumental.

(E) Balística Primária, Balística Secundária e Balística Terciária.

5. (FGV - 2021)

O coeficiente balístico de um projétil de arma de fogo é:

- (A) proporcional à carga do cartucho;
- (B) o seu poder de penetração;
- (C) inversamente proporcional à sua massa;
- (D) resultante de sua velocidade;
- (E) menor nos projéteis de ponta aguda.

6. (FGV - 2022)

O luminol é o mais eficiente detector de sangue oculto em cenas de crime. Esse composto reage quimicamente com o sangue, liberando energia (fótons) sob forma de uma luz azul, numa reação denominada quimiluminescência.

(Adaptado de: <https://lasape.iq.ufrj.br/luminol.html>)

O componente do sangue que reage com o luminol é o

- (A) íon cálcio do plasma.
- (B) grupo heme dos eritrócitos.
- (C) íon ferro dos leucócitos.
- (D) grupo prostético da albumina.
- (E) íon magnésio do plasma.

7. (FGV - 2022)

As afirmativas a seguir, acerca do laudo pericial, estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O laudo pericial é uma peça técnica formal que apresenta o resultado de uma perícia
- (B) Um exame pericial não tem por objetivo chegar à mais completa constatação do fato, análise e interpretação, mas sim levantar os vestígios mais significativos e descartar os eventuais excessos.
- (C) Os laudos destinados à Justiça Criminal tomam por base fundamental o Código de Processo Penal.
- (D) O laudo pericial é um trabalho técnico-científico, elaborado por peritos com o objetivo de subsidiar a Justiça.
- (E) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

8. (FGV - 2021)

As lesões traumáticas podem ser causadas por agentes externos ou pela própria pessoa lesada.

Nos casos de autolesão:

- (A) sua distribuição é simétrica nos dois lados do corpo;
- (B) caracteristicamente, todas têm o mesmo tempo de evolução desde a produção;
- (C) com maior frequência, são causadas por agente contundente;
- (D) têm profundidade e tamanho variados;
- (E) costumam ser vistas com direção paralela preferencial.

9. (FGV - 2022)

As baropatias são alterações decorrentes de alterações de pressão, causando lesões de ordem física.

Em relação ao tema, é **correto** afirmar que

- (A) a doença das montanhas corresponde a alterações crônicas para adaptação a baixas altitudes.
- (B) a doença dos monges corresponde a adaptações agudas à diferença de altitude.
- (C) descompressão intempestiva pode causar doenças descompressivas ou embolia traumática em acidentes de mergulho.
- (D) nas baropatias decorrentes de explosões, ocorre inicialmente Blast primário pelos fragmentos dos artefatos arremessados.
- (E) o blast primário é causado pelo arremesso das pessoas com a onda de choque propriamente dita.

10. (FGV - 2021)

Uma pessoa sofreu um acidente doméstico, ficando interposta num circuito de 220v por ter tocado o chuveiro com uma das mãos, enquanto tomava banho. Ela soltou um grito e caiu. Quando chegou o socorro, três minutos após o fato, já estava em parada cardiorrespiratória irreversível.

O mecanismo letal, no caso, foi:

- (A) hemorragia interna;
- (B) hiperaquecimento do sistema nervoso central;
- (C) parada respiratória periférica;
- (D) parada respiratória central;
- (E) fibrilação ventricular.

11. (FGV - 2026)

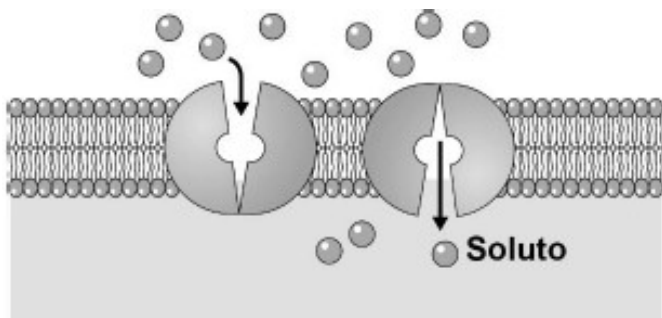
Entre as características a seguir, assinale aquela que não corresponde às lesões produzidas por objetos perfurantes.

- (A) As lesões causam grandes sangramentos.
- (B) As feridas podem ser puntiformes ou em casa de botão.
- (C) A gravidade depende da profundidade

BIOLOGIA

1. (FGV - 2024)

A figura a seguir representa o transporte de uma substância através da membrana plasmática.



REECE, J. B. et al. *Biologia de Campbell*. 10. ed. Artmed.

O transporte representado é chamado

- (A) difusão simples e a substância é transportada a favor do gradiente de concentração.
- (B) difusão facilitada e requer a participação de uma proteína transportadora.
- (C) canal iônico e efetua a passagem de cátions de forma ativa, contra o gradiente de concentração.
- (D) passivo e transporta substâncias polares contra um gradiente de concentração.
- (E) ativo e realiza o transporte de substâncias apolares, como a água e a glicose, com gasto de ATP pela célula.

2. (FGV - 2025)

Dentro do universo das Doenças Raras, existe um subgrupo de Erros Inatos do Metabolismo, ao qual pertencem cerca de 50 doenças associadas aos lisossomos, que, em sua maioria, têm herança de caráter recessivo. Esse é o caso da Mucopolissacaridose (MPS), que ocasiona manifestações clínicas variadas como macrocefalia, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deformidades esqueléticas, cardíacas, respiratórias etc.

(<https://periodicos.ufms.br/index.php/pecibes/article/view/19458>.

Adaptado.)

As doenças raras associadas aos lisossomos são consequência de uma disfunção dessas organelas,

- (A) causando acidose láctica e afetando a produção de ATP.
- (B) ocasionando o acúmulo de resíduos metabólicos nas células.
- (C) interrompendo a ocorrência da glicólise e da respiração celular.
- (D) inibindo a produção de ácidos graxos, fosfolípidios e esteroides.
- (E) prejudicando o armazenamento e liberação de íons cálcio no citoplasma.

3. (FGV - 2023)

Assinale a opção que indica a organela comum a células eucarióticas e procarióticas.

- (A) Mitocôndria.
- (B) Retículo endoplasmático.
- (C) Lisozima.
- (D) Ribossomo.
- (E) Retículo de Golgi.

4. (FGV - 2023)

Entre as diversas substâncias utilizadas para ganhar massa muscular e aumentar o desempenho esportivo, poucas são tão populares quanto os esteroides androgênicos anabolizantes. Tais substâncias são derivados sintéticos do hormônio masculino testosterona e estimulam a biossíntese de proteínas e o crescimento dos tecidos do corpo.

Adaptado de *Ciência Hoje*, n. 357. Ago/2019.

No organismo humano, a organela celular responsável pela produção de testosterona nos testículos é o

- (A) ribossomo.
- (B) lisossomo.
- (C) retículo endoplasmático liso.
- (D) retículo endoplasmático rugoso.

5. (FGV - 2022)

Os poluentes do ar podem ser de origem natural ou antrópica. Entre os poluentes naturais, estão os gases e materiais particulados produzidos por erupções vulcânicas e as emissões de gases produzidos pela fermentação em locais com alta carga orgânica.

Com relação à fermentação, analise os itens a seguir:

I. Trata-se de um processo bioquímico de obtenção de ATP que ocorre sem a utilização de gás oxigênio e sem uma cadeia transportadora de elétrons.

II. O primeiro passo da fermentação é a glicólise, onde a glicose é oxidada e origina três moléculas de ácido pirúvico. Essa etapa ocorre no citoplasma da célula e tem uma produção líquida de 2 ATP.

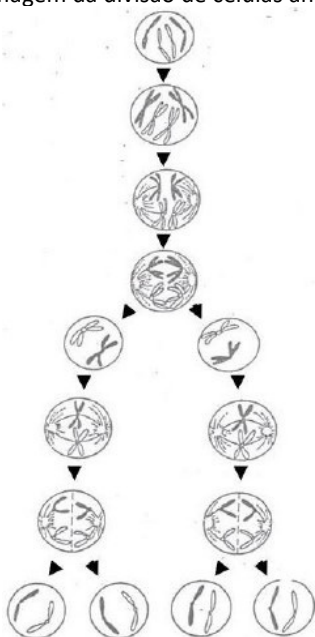
III. A fermentação é realizada exclusivamente por microrganismos. O produto da fermentação depende do tipo de microrganismo - as leveduras, por exemplo, realizam fermentação etílica., produzindo etanol e CO_2 .

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FGV - 2024)

Observe a imagem da divisão de células animais, a seguir.



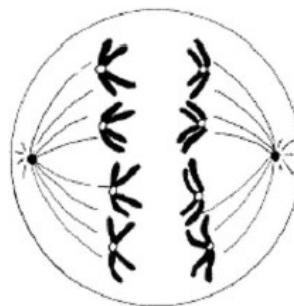
LINHARES, S. et al. *Biologia hoje*. Volume I. São Paulo: Ática, 2016.

A imagem apresenta o processo de divisão celular do tipo

- (A) mitose, pois as células filhas são haploides.
- (B) meiose, pois só nessa divisão ocorre formação de fuso acromático.
- (C) mitose, pois só nessa divisão ocorre pareamento de homólogos.
- (D) meiose, pois as células filhas são haploides.
- (E) mitose, pois só nessa divisão ocorre formação de fuso acromático.

7. (FGV - 2023)

Observe a imagem de uma célula $2n = 8$:



Assinale a opção que indica a etapa do ciclo celular apresentada na imagem.

- (A) Metáfase I da meiose, em que ocorre a separação das cromátides-irmãs.
- (B) Anáfase II da meiose, em que ocorre a separação das cromátides-irmãs.
- (C) Metáfase II da meiose, em que ocorre a separação dos pares de homólogos.
- (D) Anáfase I da meiose, em que ocorre a separação dos pares de homólogos.
- (E) Metáfase da mitose, em que ocorre a separação dos homólogos.

8. (FGV - 2022)

As gônadas, os ovários e os testículos desempenham uma dupla função: a produção de células reprodutoras e a secreção endócrina de hormônios sexuais.

As ovogônias e espermatogônias, quando se dividem para dar origem aos gametas, sofrem:

- (A) meiose, formando células tetraploides;
- (B) mitose, formando células diploides;
- (C) meiose, formando células diploides;
- (D) mitose, formando células haploides;
- (E) meiose, formando células haploides.

9. (FGV - 2022)

Considere um ser vivo $2n=4$ que sofre meiose. Durante a anáfase II, cada célula terá

- (A) dois cromossomos e será diploide.
- (B) quatro cromossomos e será haploide.
- (C) dois cromossomos e será haploide.
- (D) quatro cromossomos e será diploide.
- (E) dois cromossomos que serão bivalentes.

FÍSICA

1. (2026)

De acordo com o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, o Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC é composto por servidores que exercem atividade policial com risco de vida. A respeito das funções atribuídas a esses servidores, assinale a alternativa correta.

- (A) Exercem exclusivamente atividades de policiamento ostensivo e preservação imediata da ordem pública.
- (B) Exercem funções de polícia judiciária e administrativa, bem como a apuração de infrações penais, excetuadas as infrações militares.
- (C) Exercem somente atividades administrativas internas, sem participação em investigações criminais.
- (D) Apuram todas as infrações penais, inclusive as militares, sem qualquer exceção.
- (E) Atuam exclusivamente na execução de decisões judiciais relacionadas ao sistema penitenciário.

2. (2026)

O art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 259/2023 apresenta conceitos utilizados na estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná. Segundo esse dispositivo, o escalonamento remuneratório de desenvolvimento profissional do cargo, dentro da mesma classe e com idênticas atribuições e responsabilidades, corresponde ao conceito de:

- (A) carreira.
- (B) promoção.
- (C) nível.
- (D) provimento.
- (E) perfil profissiográfico.

3. (2026)

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, integram as carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná o Delegado de Polícia, o Agente de Polícia Judiciária, o Papiloscopista Policial e o Agente de Operações Policiais, este último em extinção. Sobre o exercício de outras atividades remuneradas, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido aos policiais civis exercer livremente qualquer atividade empresarial.
- (B) É permitida a acumulação com qualquer outro cargo público de natureza técnica.
- (C) É vedado somente o exercício de atividade comercial relacionada à segurança privada.
- (D) É vedado o exercício de outras atividades remuneradas, ressalvado o magistério.
- (E) É permitido o exercício de qualquer profissão liberal, desde que fora do horário de expediente.

4. (2026)

Conforme o art. 5º da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, ao cargo de Delegado de Polícia são reservadas atribuições específicas relacionadas à polícia judiciária. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas atribuições.

- (A) Titularidade exclusiva do inquérito policial, chefia e gestão das unidades policiais civis e coordenação das atribuições investigativas.
- (B) Execução exclusiva das perícias médico-legais e criminalísticas.
- (C) Realização exclusiva dos serviços de identificação civil e criminal.
- (D) Presidência obrigatória dos processos judiciais relacionados aos crimes investigados.
- (E) Aplicação direta das penas criminais aos investigados considerados responsáveis.

5. (2026)

Segundo o art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, os cargos de Agente de Polícia Judiciária e Papiloscopista Policial possuem natureza técnico-científica e são exclusivos de Estado. Para o ingresso nesses cargos, exige-se:

- (A) bacharelado específico em Direito.
- (B) curso técnico em segurança pública.
- (C) curso superior exclusivamente na área de Ciências Humanas.
- (D) ensino médio completo e experiência policial mínima de três anos.
- (E) curso superior completo em qualquer área de graduação.

6. (2026)

O art. 11 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023 estabelece os requisitos necessários à investidura nas carreiras do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná. Entre esses requisitos, encontra-se:

- (A) possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria mínima "B", regular e dentro do prazo de validade.
- (B) possuir Carteira Nacional de Habilitação obrigatoriamente na categoria "D".
- (C) comprovar cinco anos de experiência profissional para todos os cargos.
- (D) ter idade mínima de 25 anos na data da inscrição.
- (E) apresentar diploma de pós-graduação em segurança pública.

7. (2026)

Nos termos do art. 11, inciso XI, da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, para a investidura no cargo de Delegado de Polícia, o candidato deverá comprovar, até a data da inscrição definitiva prevista no edital:

- (A) dois anos de atividade exclusivamente policial.
- (B) cinco anos de atividade jurídica.
- (C) três anos de atividade administrativa no serviço público.
- (D) três anos de atividade jurídica ou policial.
- (E) quatro anos de atividade jurídica e policial cumulativamente.

8. (2026)

De acordo com o art. 12 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, os concursos públicos para as carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná possuem prazo de validade:

- (A) de um ano, sem possibilidade de prorrogação.
- (B) máximo de dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- (C) de três anos, prorrogável por mais um ano.
- (D) máximo de quatro anos, sem possibilidade de prorrogação.
- (E) indeterminado, até o provimento de todas as vagas.

9. (2026)

Durante a investigação social prevista no art. 13 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, poderá ser eliminado do concurso público o candidato que:

- (A) tenha exercido anteriormente cargo público efetivo.

(B) possua parentes que respondam a processo criminal.

(C) apresente conduta moral ou social incompatível com o cargo, preste informação falsa ou omita dados da banca examinadora.

(D) tenha sido aprovado em outro concurso público durante o certame.

(E) tenha residido em mais de um município nos cinco anos anteriores.

10. (2026)

Conforme o art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, será excluído do curso de formação técnico-profissional e eliminado do concurso público o candidato que:

- (A) solicitar revisão da nota obtida em uma disciplina.
- (B) não concordar com sua primeira localidade de lotação.
- (C) apresentar certificado de curso superior após a inscrição definitiva.
- (D) formular recurso contra ato da comissão do concurso.
- (E) for reprovado em qualquer disciplina, transgredir norma disciplinar ou não atingir a frequência mínima.

11. (2026)

Segundo os arts. 18 e 19 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, a nomeação e a escolha do primeiro local de lotação dos candidatos aprovados devem observar:

- (A) a ordem de idade dos candidatos, com preferência para o mais velho.
- (B) a ordem de classificação final no concurso e, na escolha da primeira lotação, a classificação obtida no curso de formação.
- (C) a escolha discricionária do Delegado-Geral, independentemente da classificação.
- (D) o local de residência declarado pelo candidato no momento da inscrição.
- (E) a ordem de apresentação dos candidatos para a posse.

12. (2026)

O art. 25 da Lei Complementar Estadual nº 259/2023 determina que a posse deverá ocorrer no prazo de:

- (A) quinze dias da homologação do concurso, sem prorrogação.
- (B) quarenta e cinco dias da publicação do resultado final.

QUÍMICA

1. (FGV - 2025)

Sobre a eficácia da Lei Penal no tempo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

() A Lei Penal temporária ou excepcional, mesmo após a sua autorrevogação, goza de ultra-atividade, sendo aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.

() A lei posterior, que deixa de considerar determinado fato como criminoso, retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que definitivamente julgados no âmbito criminal, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

() No crime permanente, se este é iniciado sob a eficácia de uma lei e sua situação consumativa danosa persiste já sob a vigência de uma lei nova, aplica-se esta, ainda que mais severa que a primeira, por ela revogada.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) F – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – V.

2. (FGV - 2022)

Quanto à aplicação da lei penal no tempo, é **correto** afirmar que:

- (A) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional o regime específico da ultratividade gravosa;
- (B) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional a impossibilidade de revogação por lei posterior;
- (C) quando o complemento da lei penal em branco não tem natureza penal, a norma não se submete às regras que disciplinam a sucessão de leis penais no tempo;
- (D) quando o complemento da lei penal em branco objetiva assegurar efeito regulador, a norma não se submete ao critério da ultratividade;
- (E) em relação à norma penal em branco, o “fator tempo” componente do tipo penal incriminador é tido como dispensável para garantir sua real eficácia.

3. (FGV - 2022)

Segundo o conceito analítico de crime, o instituto é composto por três elementos, quais sejam, o fato típico, a ilicitude ou antijuridicidade e a culpabilidade. O fato típico, por sua vez, é composto por conduta, resultado, nexos de causalidade e tipicidade.

Análise as proposições a seguir e assinale aquela que contém somente causas de exclusão da tipicidade.

- (A) Coação moral irresistível, estados de inconsciência e obediência hierárquica.
- (B) Coação física irresistível, estados de inconsciência e atos reflexos.
- (C) Coação física irresistível, estrito cumprimento do dever legal e estados de inconsciência.
- (D) Coação moral irresistível, estados de inconsciência e exercício regular de direito.
- (E) Coação física irresistível, obediência hierárquica e atos reflexos.

4. (FGV - 2024)

1º cenário: Tício ingressou no jardim de uma residência e escalou o muro do imóvel, com o objetivo de adentrar o local e proceder à subtração de diversos bens. Contudo, o agente viu uma pequena criança brincando com o pai, motivo pelo qual mudou de ideia e deixou a localidade.

2º cenário: Mévio desferiu diversos socos no rosto do seu desafeto, ocasião em que o último pediu por clemência. Muito embora pudesse continuar agredindo-o, Mévio interrompeu os atos e fugiu da localidade.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício e Mévio somente responderão pelos atos já praticados, **respectivamente**, em razão do (da):

- (A) arrependimento posterior e arrependimento posterior;
- (B) arrependimento eficaz e arrependimento posterior;
- (C) desistência voluntária e arrependimento posterior;
- (D) arrependimento eficaz e arrependimento eficaz;
- (E) desistência voluntária e desistência voluntária.

5. (FGV - 2025)

Marisa administrava os proventos de pensão recebidos por sua mãe, Sônia, que faleceu em dezembro de 2022.

Com a intenção de continuar recebendo os proventos, Marisa deixou de comunicar à autarquia previdenciária o falecimento de Sônia e, assim, conseguiu efetuar os saques dos valores depositados nos meses de janeiro a março de 2023.

Em abril, a autarquia recebeu notícia do falecimento e cessou os pagamentos. Ato contínuo, apurou o valor dos saques indevidos realizados por Marisa após o falecimento da segurada, acrescidos de multa e juros e a inscreveu em dívida ativa.

Marisa, notificada, efetuou o pagamento integral do débito, de forma parcelada, entre os meses de outubro de 2023 e janeiro de 2024. A denúncia foi ajuizada em janeiro de 2024, e recebida em fevereiro de 2024.

De acordo com a teoria do crime, assinale a opção que apresenta o que a defesa de Marisa deve, corretamente, alegar.

- (A) Desistência voluntária.
- (B) Arrependimento eficaz.
- (C) Arrependimento posterior.
- (D) Exercício regular de um direito.

6. (FGV - 2024)

Em matéria de ilicitude penal, observe as assertivas a seguir:

I. Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade; em legítima defesa; ou em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

II. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

III. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual, não bastando que seja iminente, a direito seu.

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa que contém as assertivas corretas.

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7. (FGV - 2024)

Bernardo, guarda municipal na cidade Alfa, estava estacionando o seu automóvel, no interior do seu domicílio, ocasião em que Tício, mediante o emprego de uma faca, determinou que este entregasse os seus pertences. Nesse contexto, Bernardo sacou a sua pistola, com o porte regular, e efetuou um disparo de arma de fogo em detrimento de Tício, atingindo-o no ombro. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Bernardo não responderá por qualquer crime em razão do (da)

- (A) estado de necessidade, causa excludente da tipicidade.
- (B) legítima defesa, causa excludente da tipicidade.
- (C) estado de necessidade, causa justificante.
- (D) legítima defesa, causa justificante.
- (E) legítima defesa, causa dirimente.

8. (FGV - 2024)

Sobre o concurso de pessoas, está correto afirmar que a participação de menor importância tem a natureza jurídica de

- (A) causa de exclusão da antijuridicidade.
- (B) causa de diminuição da pena.
- (C) causa de exclusão da tipicidade.
- (D) circunstância qualificadora.
- (E) causa suprallegal de exclusão da culpabilidade.

9. (FGV - 2026)

Maria e João são casados há 8 anos e residem juntos. Durante uma discussão conjugal motivada por ciúmes, no carnaval de 2026, João, tomado de ira, desferiu empurrões e puxões de cabelo contra Maria. Socorrida por vizinhos, Maria foi encaminhada ao Instituto Médico Legal, onde foi elaborado o laudo pericial que não constatou marcas de lesão corporal, ante a ausência de vestígios no corpo da vítima.

Diante do caso narrado, considerando a legislação vigente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quanto à capitulação jurídica e à dosimetria aplicável ao caso, é correto afirmar que João deve responder:

- (A) pela contravenção penal de vias de fato (Art. 21 da LCP), com a pena aplicada em triplo, cumulada com a agravante genérica do Art. 61, II, "f", do Código Penal;
- (B) pela contravenção penal de vias de fato (Art. 21 da LCP), com a pena aplicada em triplo, sendo inaplicável, nessa hipótese, a agravante do Art. 61, II, "f", do Código Penal;

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

1. (FGV - 2022)

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do *nemo tenetur se detegere* e da vedação à analogia *in malam partem*;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

2. (FGV - 2026)

Rubens praticou crime de roubo tendo como vítima Maria, que se dirigiu ao Ministério Público para relatar o fato criminoso e exigir a punição de Rubens. Maria prestou depoimento ao promotor de justiça e com este deixou todos os elementos probatórios relativos à prática do delito e à sua autoria, inclusive imagens do fato criminoso.

Nesse contexto, é **correto** afirmar que:

- (A) o Ministério Público poderá dispensar o inquérito policial e oferecer denúncia, se entender que já há elementos para tanto;
- (B) a vítima deverá se dirigir à Delegacia de Polícia e requerer a instauração de inquérito policial, pois se trata de crime de ação pública condicionada à representação;
- (C) o Ministério Público poderá dispensar o inquérito, mas, para oferecer denúncia, deverá comunicar a prática do fato criminoso ao juiz de garantias e à Defensoria Pública;

(D) o Ministério Público deverá requerer a instauração de inquérito policial ao delegado de polícia, que devolverá os autos ao Ministério Público em dez dias;

(E) a vítima deverá exercer o direito de representação perante o delegado de polícia, o qual deverá instaurar o inquérito policial após requerimento do Ministério Público.

3. (FGV - 2024)

Em relação ao inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir.

I. Se vislumbrar posteriormente a ocorrência de crime sujeito à ação penal privada em conexão com crime de ação penal pública, o Ministério Público oferecerá aditamento à denúncia.

II. A ausência de identificação nominal do acusado impede, de maneira absoluta, a propositura da ação penal, sob pena de nulidade.

III. O inquérito policial não pode ser desarquivado em caso de arquivamento por atipicidade penal da conduta, mesmo que nova lei venha a incriminar a conduta investigada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

4. (FGV - 2022)

A propósito do inquérito policial, é **correto** dizer que

- (A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- (B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.
- (C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.

(D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.

(E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

5. (FGV - 2021)

Após receber os autos de inquérito policial encaminhado pela autoridade policial, o promotor de justiça com atribuição para o caso verificou que não havia indícios suficientes quanto à autoria e materialidade do delito, pois não fora realizada no curso do procedimento administrativo busca e apreensão que entendia imprescindível.

Nesse sentido, o membro do órgão ministerial deverá:

- (A) promover o arquivamento do inquérito, por tratar-se de hipótese de absolvição sumária;
- (B) requisitar à autoridade policial que realize, diretamente, a diligência de busca e apreensão pretendida;
- (C) requerer ao juiz a realização de diligência investigatória antes do oferecimento da denúncia;
- (D) oferecer a denúncia e, após, requerer ao juiz a realização de diligência investigatória;
- (E) promover diretamente a realização da diligência investigatória.

6. (FGV - 2024)

Sobre a disciplina legal da prova no âmbito processual penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz formará sua convicção pela tarifada apreciação da prova produzida em contraditório judicial.
- (B) O juiz não poderá fundamentar a decisão com base exclusiva nos elementos informativos colhidos na investigação, ainda que se trate de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (C) Com base no princípio da imparcialidade, o juiz não poderá, em qualquer hipótese, determinar produção probatória sem a concordância expressa das partes.
- (D) São inadmissíveis as provas ilícitas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser desentranhadas dos autos do processo.
- (E) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, podendo o juiz redistribuir o ônus probatório com base na gravidade do fato imputado.

7. (FGV - 2021)

“A garantia da defesa consiste precisamente na institucionalização do poder de refutação da acusação por parte do acusado. De conformidade com ela, para que uma hipótese acusatória seja aceita como verdadeira, não basta que seja compatível com vários dados probatórios, mas também é necessário que não seja contraditada por nenhum dos dados virtualmente disponíveis.” (FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. trad. Ana Paula Zomer e outros. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 121).

Em relação à produção de prova penal lícita, é **correto** afirmar que:

- (A) o aprimoramento tecnológico cria possibilidades de atividades investigatórias contra crimes cibernéticos. Nesse contexto, diante da prática do crime de invasão de dispositivo informático alheio (Art. 154-A, CP), como o fato se dá em âmbito virtual e de forma extremamente dinâmica, os agentes policiais poderão, sem autorização judicial, atuar como agentes infiltrados nas atividades criminais cibernéticas;
- (B) tendo em vista a apreensão de maconha, droga ilícita notória por sua consistência e cheiro, a prova da materialidade, quanto ao crime de tráfico, pode ocorrer a partir de laudo de constatação realizado por agente da polícia investigativa, tornando, inclusive, desnecessário o exame pericial definitivo;
- (C) o exame de corpo de delito indireto serve como comprovação da materialidade delitiva do crime de distribuição, por meio de sistema de informática, de cena de sexo explícito envolvendo adolescente, fixando, inclusive, a competência estadual para processar e julgar esse crime;
- (D) após decisão homologatória do acordo de colaboração premiada, identificadas eventuais omissões dolosas sobre os fatos pelo réu colaborador, deverão as partes, em Alegações Finais, discorrer sobre a ausência de credibilidade do ato, não sendo, no entanto, motivo de rescisão do acordo ou interferência no *quantum* da pena;
- (E) para apuração de fato criminoso, somente será lícita a captação, por agentes policiais, de sinais oriundos de rádio transmissores através de autorização judicial fundamentada, devendo o requerimento indicar o local e a forma de instalação do dispositivo eletrônico específico para a captação.

DIREITO PENAL APLICADO

1. (FGV - 2023)

Em determinada relação processual, João, pessoa pública, argumentava que a conduta de Pedro, jornalista, ao elaborar extensa matéria sobre distintos aspectos de sua vida funcional, com a correlata emissão de juízo crítico a respeito de cada um deles, causou danos à sua honra. Pedro, por sua vez, sustentava o evidente interesse público no conhecimento da vida profissional de João, especialmente por ter ocupado cargos públicos durante décadas.

O Juiz de Direito, ao analisar os argumentos de João e Pedro, concluiu corretamente, à luz do entendimento dominante no direito brasileiro, que

- (A) o direito à honra, enquanto projeção da dignidade humana, apresenta posição preferente no rol dos direitos fundamentais, sempre que estiver em situação de colisão com outros bens e valores.
- (B) apesar do caráter absoluto dos direitos fundamentais, o que decorre do princípio da dignidade da pessoa humana, a resolução das situações de colisão ocorrerá com o emprego da técnica de ponderação.
- (C) direitos fundamentais não são ontologicamente colidentes entre si, sendo necessário identificar o potencial expansivo de cada qual, de modo a verificar qual deles, se o de João ou o de Pedro, se projeta sobre a situação concreta.
- (D) a concordância prática entre os direitos fundamentais é solucionada a partir da identificação do seu sentido imanente, que é concebido em sua individualidade, à margem de considerações em relação a outros direitos.
- (E) os direitos fundamentais, como os de João e Pedro, embora apresentem um sentido inicial, se projetarão na realidade conforme os circunstancialismos presentes no momento da aplicação, de modo que podem se comprimir ou estender.

2. (FGV - 2026)

Maria ingressou com ação judicial em face do Município Beta, na qual requer a implementação de direito fundamental de primeira dimensão, consagrado no Art. X, preceito a partir do qual se obtém norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata. Em

sua argumentação, adotou a teoria interna dos direitos fundamentais. O Município Beta, por sua vez, sustentou que a pretensão de Maria não poderia ser acolhida, adotando, para subsidiar a sua conclusão, a teoria externa dos direitos fundamentais.

Ao analisar os argumentos de Maria e do Município Beta, o magistrado competente concluiu **corretamente** que:

- (A) a atribuição de uma posição definitiva aos direitos fundamentais de defesa é compatível com a linha argumentativa do Município Beta;
- (B) tanto os argumentos de Maria como os do Município Beta são refratários à tese de que os direitos fundamentais têm natureza exclusivamente principiológica;
- (C) os argumentos de Maria atraem a necessidade de ponderação com outros direitos fundamentais colidentes e potencialmente incidentes no caso concreto;
- (D) a teoria adotada pelo Município Beta defende que outros direitos fundamentais podem conter o potencial expansivo ou afastar a aplicação do direito fundamental invocado por Maria no caso concreto;
- (E) os argumentos de Maria somente admitem restrições sobre o seu direito fundamental caso decorram de outro direito consagrado em norma constitucional que também tenha eficácia plena e aplicabilidade imediata.

3. (FGV - 2026)

Lucas, policial civil no Estado do Piauí, manifestou interesse em trabalhar em uma Delegacia de Polícia especializada na investigação dos delitos que ingressam na competência do Tribunal do Júri.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assegura-se, no âmbito do júri, a

- (A) plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- (B) ampla defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

- (C) ampla defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
- (D) plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
- (E) plenitude de defesa, a publicidade das votações, a autonomia dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

4. (FGV - 2025)

Ana compareceu a determinada repartição pública estadual e requereu a expedição de certidão, visando à defesa de uma situação de interesse pessoal, o que foi devidamente esclarecido em seu requerimento. A autoridade competente, em seu despacho inaugural, determinou que Ana providenciasse a juntada aos autos do comprovante de recolhimento da taxa de expediente, o que possibilitaria a análise do seu requerimento.

Antes de realizar o recolhimento da taxa, Ana analisou a Constituição da República, tendo concluído, corretamente, que a referida exigência é

- (A) inconstitucional, pois o requerimento deve ser atendido de forma gratuita.
- (B) constitucional, salvo se Ana for hipossuficiente, o que deve ser objeto de comprovação.
- (C) constitucional, pois será realizada uma atividade estatal em prol do interesse exclusivo de Ana.
- (D) inconstitucional, pois é vedada a cobrança pelo exercício dos direitos individuais de natureza constitucional.
- (E) constitucional, considerando que o princípio da solidariedade exige o pagamento pelo exercício dos direitos individuais, de modo a não sobrecarregar a coletividade.

5. (FGV - 2024)

A Lei municipal no W, com o alegado objetivo de proteger o interesse coletivo, impôs restrições a determinado direito individual. Ana, titular de um direito dessa natureza e que seria alcançada pelas restrições impostas pelo referido diploma normativo, consultou um advogado a respeito da compatibilidade dessa medida com a Constituição da República.

Foi corretamente respondido a Ana que as referidas restrições, à luz do entendimento predominante na realidade brasileira

- (A) são sempre incompatíveis com a ordem constitucional, pois a concordância prática desses direitos foi realizada, *in abstracto*, pelo Poder Constituinte.
- (B) são sempre incompatíveis com a ordem constitucional, considerando que os direitos fundamentais ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas.
- (C) podem se mostrar compatíveis com a ordem constitucional, devendo ser adequadas e necessárias, além de os benefícios auferidos apresentarem maior relevância que as restrições impostas.
- (D) podem se mostrar compatíveis com a ordem constitucional, desde que a norma que contempla o direito fundamental tenha admitido a imposição de restrições pela legislação infraconstitucional.
- (E) são sempre compatíveis com a ordem constitucional, pois a eficácia dos direitos fundamentais, de primeira, segunda ou terceira dimensão, é sempre estabelecida pela legislação infraconstitucional, que pode estendê-los ou restringi-los.

6. (FGV - 2024)

Em tema de pena na esfera criminal, considerando os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) não haverá pena de morte, em qualquer circunstância, sendo esse um dos poucos direitos absolutos.
- (B) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- (C) a pena será cumprida em estabelecimentos não distintos, independentemente da natureza do delito, da idade e do sexo do apenado, em razão do princípio da isonomia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO

1. (FGV - 2023)

João, agente público de direito, ao fiscalizar o estabelecimento comercial XYZ, verifica que as normas técnicas de segurança e salubridade não estão sendo observadas. João, então, autua a pessoa jurídica e aplica uma multa, fixando o prazo de trinta dias para que as vicissitudes encontradas sejam sanadas. Após o transcurso do lapso temporal fixado, o agente público realiza nova inspeção no local, constatando que as mazelas ainda se fazem presentes e que há risco concreto aos frequentadores.

João conclui, assim, que a medida adequada é a interdição do estabelecimento.

Nesse cenário e considerando os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que, havendo previsão legal, a Administração Pública, por si só:

- (A) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário. Poderá, por outro lado, aplicar medidas menos gravosas para sanar os vícios existentes no local;
- (B) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário, considerando que os atos administrativos, apesar de coercitivos, não são autoexecutórios;
- (C) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (D) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na coercibilidade dos atos administrativos;
- (E) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na exigibilidade dos atos administrativos.

2. (FGV - 2022)

Joana e Henriqueta travaram intenso debate a respeito dos atributos dos atos administrativos, mais especificamente em relação à possibilidade de a Administração Pública fazer com que produzam efeitos na esfera jurídica alheia, constituindo obrigações mesmo contra a vontade dos seus destinatários.

Ao final, concluíram, corretamente, que os referidos atos:

- (A) sempre apresentam esse efeito, o que decorre da presunção de juridicidade;
- (B) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da imperatividade;
- (C) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da autoexecutoriedade;
- (D) sempre apresentam esse efeito, o que decorre do que alguns denominam poder extroverso;
- (E) jamais apresentam esse efeito, que se mostra incompatível com o Estado Democrático de Direito.

3. (FGV - 2026)

O ato administrativo que decorre do inadimplemento das condições fixadas das cláusulas condicionantes à eficácia e permanência do procedimento administrativo por parte do beneficiário, denomina-se

- (A) anulação.
- (B) cassação.
- (C) revogação.
- (D) caducidade.
- (E) convalidação.

4. (FGV - 2024)

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II. certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III. determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

5. (FGV - 2023)

João, diretor de determinado órgão público, logo após assumir o cargo, constatou que o seu antecessor, dias antes de deixar o cargo, tinha promovido a anulação de certo ato administrativo, o que conduziu a resultados que lhe pareciam prejudiciais ao interesse público. À luz dessa narrativa, é argumentativamente defensável a assertiva de que João:

- (A) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a coisa julgada administrativa;
- (B) pode vir a anular o ato do seu antecessor, preenchidos os requisitos exigidos, como manifestação da autotutela;
- (C) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a preclusão administrativa;
- (D) pode vir a convalidar o ato do seu antecessor, alterando o seu objeto de modo a atender aos objetivos que almeje;
- (E) pode vir a revogar o ato do seu antecessor, por razões de conveniência e oportunidade.

6. (FGV - 2021)

Após constatar ilegalidades envolvendo a concessão pelo Estado do Rio de Janeiro do benefício da gratuidade no transporte intermunicipal (ônibus intermunicipal, barcas, metrô e trem) concedido há cerca de

quatro anos aos estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e federal no deslocamento casa-escola-casa, o Estado do Rio de Janeiro decidiu, em 04/05/2017, quinta-feira, interromper a concessão do benefício a partir da segunda-feira, 08/05/2017. O(A) Defensor(a) Público(a) do Núcleo Especializado e Tutela Coletiva de Fazenda Pública da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é procurado(a), na sexta-feira, 05/05/2017, por um coletivo de alunos que se viram impedidos de exercer o seu direito fundamental à educação.

À luz do caso concreto e da teoria do ato administrativo, é correto afirmar que o Estado do Rio de Janeiro:

- (A) poderia ter interrompido a concessão do benefício, uma vez que não decorreu o prazo decadencial para a Administração Pública Estadual anular os seus atos, houve tempo hábil para o exercício prévio da ampla defesa e do contraditório e os alunos podiam ainda exercer o contraditório diferido. Ademais, a teor dos princípios da legalidade, da autotutela administrativa e da supremacia do interesse público, consideradas, ainda, as graves consequências econômicas que adviriam da manutenção do benefício, era dever do Estado restaurar o status de legalidade;
- (B) não poderia, em atenção aos princípios constitucionais do devido processo legal, segurança jurídica e proteção à confiança, ter cassado o benefício de forma abrupta, pois que ele é fruído há anos pelos alunos e, como o transporte viabilizava o acesso ao direito fundamental à educação, a cassação do benefício importaria em odioso retrocesso no âmbito da implementação de relevante política pública social;
- (C) poderia ter anulado o benefício de tal forma, desde que o ato fosse devidamente motivado, com a indicação expressa de suas consequências jurídicas e administrativas e, ainda, as condições para que a regularização ocorresse de modo proporcional e equânime, sem prejuízo aos interesses gerais;
- (D) não poderia ter anulado o benefício pois que, em função das peculiaridades do caso, relacionado com a garantia do direito fundamental à educação, a interrupção do benefício importaria aos alunos ônus ou perdas excessivos;
- (E) não poderia ter anulado o benefício porque a sua interrupção inviabiliza o acesso ao direito fundamental à educação. Ademais, compete aos Municípios (e não ao Estado) atuar prioritariamente no ensino fundamental.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2022)

Analise as afirmativas a seguir, considerando o disposto no Plano Nacional de Educação Em Direitos Humanos.

I. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos.

II. É necessário incluir a educação em direitos humanos como componente curricular específico da Base Nacional Comum Curricular nas etapas da educação infantil (pré-escola), ensino fundamental e médio, bem como na educação de jovens e adultos e na educação especial.

III. É preciso debater com os poderes públicos e a sociedade civil a criação de uma resolução que estabeleça, pela primeira vez, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com prazo de encaminhamento ao Congresso Nacional até o ano de 2024.

IV. A Educação em Direitos Humanos fundamenta-se nos princípios de dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, e IV, apenas.

2. (FGV - 2022)

De acordo com o Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos, a educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões, à exceção de uma, que está errada.

Assinale-a.

- (A) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local.
- (B) Afirmção de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.
- (C) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político.
- (D) Desenvolvimento de processos metodológicos exclusivistas e de construção individualizada, que usam linguagens e materiais didáticos descontextualizados.
- (E) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

3. (FGV - 2021)

Considerando o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. () Prevê ações de educação não formal com atuação de movimentos sociais e entidades civis, no intuito de sensibilizar e formar uma consciência crítica.

() Compreende a educação em Direitos Humanos como aspecto fundamental para a construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática.

() Considera que a educação deva articular a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e sua relação com os diversos contextos.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

4. (FGV - 2025)

O Art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição da República dispôs sobre a relação entre o direito interno e o direito internacional. O Brasil não dispõe, ainda, de um instrumento para a internalização das regras de cumprimento das recomendações e decisões oriundas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o que, na prática, gera inúmeras dificuldades para o seu adequado e eficiente cumprimento.

Assinale a opção que indica esse instrumento.

- (A) Lei-ponte.
- (B) Medida provisória.
- (C) Decreto do executivo.
- (D) Decreto legislativo para aprovação de convenção ou tratado.
- (E) Resolução do Ministério das Relações Exteriores criando o regimento interno para cumprimento de decisões do Sistema Interamericano.

5. (FGV - 2025)

O Estado Brasileiro integra o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Nesse contexto, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O Sistema interamericano de Direitos Humanos é composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Internacional de Justiça.
- (B) A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi incorporada pelo Brasil com status de emenda constitucional.
- (C) A sentença do Caso Favela Nova Brasília para ser válida, precisa ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o rito das sentenças estrangeiras.
- (D) A Declaração Americana de Direitos Humanos é o instrumento normativo fundamental da Organização dos Estados Americanos.
- (E) O sistema interamericano pode ser acionado por qualquer cidadão, que tenha um direito humano violado, que sempre terá seu caso diretamente julgado pela Corte DH.

6. (FGV - 2024)

Desde o ano de 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos vem se posicionando sobre alegações de graves violações de direitos humanos de pessoas privadas de liberdade no Complexo Prisional do Curado, situado em Recife, no estado de Pernambuco. Sobre a situação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso envolvendo o Complexo Prisional do Curado;
- (B) entre as medidas provisórias impostas pela Corte, consta a determinação de que o Estado brasileiro feche os estabelecimentos penais do Complexo do Curado;
- (C) as medidas provisórias impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não têm caráter vinculante, sendo recebidas como recomendações pelo ordenamento jurídico brasileiro;
- (D) após a declaração do sistema prisional brasileiro como um “estado de coisas inconstitucional” pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, a situação foi considerada regularizada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (E) a Corte determinou o cômputo em dobro da pena de pessoas privadas de liberdade no Complexo do Curado, desde que não acusadas por crimes contra a vida, integridade física e dignidade sexual, sendo a medida validada pelo Supremo Tribunal Federal.

7. (FGV - 2025)

Na condição de advogado(a), você foi procurado por um grupo de mães de crianças entre 6 e 10 anos que tentaram, sem sucesso, matricular seus filhos na rede básica de ensino.

Elas alegam que já envidaram todos os esforços no âmbito administrativo, sendo-lhes sempre apresentada a justificativa da inexistência de vagas. Considerando a situação hipotética em questão, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso seja demonstrada a inércia do Estado em prover o efetivo acesso ao ensino de primeiro grau, comprovando-se ainda que a situação foi devidamente submetida ao crivo do Poder Judiciário local, esgotados todos os recursos cabíveis, frustrada a obtenção de tutela eficaz, o caso poderá ser submetido diretamente pelas vítimas à análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) De acordo com a interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao direito à educação, em razão do seu desenvolvimento progressivo, não se pode configurá-lo como típico direito subjetivo, cujo efetiva implementação possa ser determinada por decisão judicial.
- (C) Apesar de o direito à educação, em razão da sua natureza social, estar previsto no Protocolo Adicional de São Salvador, no âmbito do Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos